

COMU NIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SAN TIAGO

EDIÇÃO DE
CARLOS PAZOS-JUSTO
BEATRIZ BUSTO MIRAMONTES
SUSANA SOTELO DOCÍO

ALIANÇAS
E AMEAÇAS

**COMU
NIDADES
LOCAIS E
CAMINHOS
DE SAN
TIAGO**

EDIÇÃO DE
CARLOS PAZOS-JUSTO
BEATRIZ BUSTO MIRAMONTES
SUSANA SOTELO DOCÍO

**ALIANÇAS
E AMEAÇAS**

COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO
ALIANÇAS E AMEAÇAS

Editores: Carlos Pazos-Justo | Beatriz Busto Miramontes | Susana Sotelo Docío

Paginação: Pedro Panarra

Edição do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

© EDIÇÕES HÚMUS, 2022

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

1.ª edição: Dezembro de 2022

ISBN: 978-989-755-834-4

DOI: <https://doi.org/10.21814/1822.79820>

Os dez trabalhos recolhidos neste volume foram revistos num processo de avaliação cega por pares.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020.

ÍNDICE

- 7** **COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO.**
UMA INTRODUÇÃO
- 11** **NOMES DE LUGARES E PRÁTICAS CULTURAIS**
ATRAVÉS DE CLASSIFICAÇÃO DE DISCURSOS
ETIQUETAGEM DE ENTREVISTAS A VISITANTES
A SANTIAGO DE COMPOSTELA
Álvaro Iriarte Sanromán | Susana Sotelo Docío
- 35** **PATRIMONIALIZACIONES NEOEXTRACTIVISTAS:**
NUEVAS FORMAS DE DESPOJO EN ABYA YALA
Carina Jofré
- 69** **NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VISITANTES**
DO BRASIL EM COMPOSTELA:
PEREGRINAÇÃO SEM CAMINHADA E CONTEMPLAÇÃO DA CIDADE
Carla Nepomuceno | Roberto Samartim
- 97** **POR OUTROS CAMINHOS NOS CAMINHOS**
PORTUGUESES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
Carla Sofia Ferreira Queirós
- 119** **O DESENVOLVIMENTO DO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA**
NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS E DAS ASSOCIAÇÕES.
DA CULTURA AO TURISMO
Carlos Pazos-Justo | Álvaro Iriarte | Maria João Moreira | Inês Americano Lopes
- 143** **VISITANTES E ATIVIDADE COMERCIAL**
EM SANTIAGO DE COMPOSTELA:
RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL NO ANO 2015
Emilio V. Carral Vilariño | Marisa del Río Araújo

- 157 O DESENVOLVIMENTO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO:**
UMA ANÁLISE À AÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO
PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ITINERÁRIOS
JACOBEUS NO NORTE INTERIOR DE PORTUGAL
Pedro Azevedo
- 181 PEREGRINAÇÃO E COMUNIDADE LOCAL:**
O CASO DE ROMARIA – MINAS GERAIS
Raphael Campana Marinho
- 201 SISTEMAS DEFENSIVOS DO LITORAL NORTE
NO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA**
Sérgio Veludo Coelho | Carla Sofia Ferreira Queirós
- 217 EL CAMINO DE SANTIAGO:**
SENDA O PRECIPICIO?
Sílvia Pérez Freire | Fatima Braña Rey
- 231 AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS
NO CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO**
Vitor Ambrósio | Carlos Fernandes
- 259 EPÍLOGO
PEDRA-DE-TOQUE**
Elias J. Torres Feijó

COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO. UMA INTRODUÇÃO

A partir da década de 80 do século passado, o Caminho de Santiago, nos seus múltiplos e crescentes itinerários e variantes, experimentou uma nova visibilidade internacional de multifacetada causalidade. O interesse das entidades públicas da Galiza por promover o turismo e a imagem do território, a redinamização da construção (também identitária) europeia da (hoje) União Europeia ou, ainda no quadro da Guerra Fria, a ativa intervenção de promoção da Igreja católica, fizeram com que – com data chave no evento Xacobeo 93 – o Caminho de Santiago passasse a se converter numa realidade muito presente em numerosos territórios peninsulares e europeus atravessados pelos diferentes itinerários jacobeus.

O renovado interesse por um património cultural de longínqua origem, como é o caso do Caminho de Santiago, deve necessariamente analisar-se, entendemos, também em função dos processos de globalização e de mercantilização da cultura (a cultura entendida como um recurso económico, dito sinteticamente). As políticas culturais, no contexto europeu, que deram forma ao desenvolvimento dos vários itinerários – seguindo o modelo do Caminho Francês, designado primeiro Itinerário Cultural Europeu em 1987 – estiveram/estão condicionadas pelo desenvolvimento do turismo enquanto aspiração central, resultado igualmente das dinâmicas globalizantes.

Neste quadro, também marcado pela rápida recuperação das mobilidades turísticas (e outras) após a interrupção forçada pelo surto da COVID-19, cabe perguntar-se qual é o papel assumido e/ou destinado às comunidades locais afetadas pelo desenvolvimento dos itinerários jacobeus (e, naturalmente, outros empreendimentos com finalidade principal turística) num contexto em que a desigual *aliança* entre turismo e cultura parece ganhar força. Neste sentido, apresentam-se particularmente urgentes perguntas investigadoras como: O que pensam as comunidades locais dos Caminhos?; O fluxo de

peças peregrinas aumenta a auto-estima e reforça a identidade própria das comunidades ou é perturbador?; Mudou o seu modo de vida? Melhorou ou piorou?; É um incentivo para a economia e a produção local?; Qual é a oferta gastronómica, artesã, cultural?; Qual é a imagem de quem visita sobre o visitado? E vice-versa?... Estas e muitas outras perguntas podem, em última instância, sumariar-se em: A visita, a peregrinação são uma aliança ou uma ameaça para as comunidades locais?

Ancorado no *Congresso Internacional Comunidades Locais e Caminhos de Santiago. Ameaças e alianças*, organizado pela Rede Galabra na Universidade de Santiago de Compostela (27-30 de outubro de 2021), este volume recolhe dez trabalhos que, de diferentes perspetivas, abordam o papel das comunidades locais no desenvolvimento dos itinerários jacobeus. O olhar polifónico aqui proposto espelha, de alguma forma, as diferentes abordagens que o fenómeno jacobeu suscita no meio académico. Os trabalhos apresentados, esclarecemos, respondem a uma lógica autónoma e, na maioria dos casos, articulam-se com linhas de pesquisa com um maior ou menor percurso investigador.

Abre o presente volume o trabalho de Álvaro Iriarte (UMinho) e Susana Sotelo (USC), “Nomes de lugares e práticas culturais através da classificação de discursos...”, em que, reivindicando o recurso a grandes corpora na investigação nas CSH, analisam, com ferramentas de mineração textual, o uso de topónimos em entrevistas e inquéritos feitos a visitantes de Santiago de Compostela com o intuito de contribuir para o conhecimento das práticas dos visitantes. Com dados oriundos dos mesmos projetos de investigação, o volume inclui ainda: “Visitantes e atividade comercial em Santiago de Compostela: relação espaço-temporal no ano 2015”, onde Emilio Carral (USC) e Marisa del Río (USC) analisam as relações que se estabelecem entre a atividade comercial em Santiago de Compostela e a massiva chegada de visitantes após a *reiventio* de 1993; e, de Silvia Pérez (UVigo) e Fátima Braña (UVigo), o trabalho “El camino de Santiago: ¿senda o precipicio?” problematiza as políticas públicas implementadas em Santiago de Compostela enquanto meta do Caminho de Santiago e as perceções da comunidade local. Por último, vinculado aos mesmos projetos, Carla Nepomuceno e Roberto Samartim (UdC) abordam as motivações e práticas de visitantes procedentes do Brasil em “Narrativas e experiências de visitantes do Brasil em Compostela: peregrinação sem caminhada e contemplação da cidade”.

As comunidades locais e fundamentalmente o património, seja de origem religioso ou de origem militar, constituem a temática central de dois trabalhos,

“Por outros caminhos nos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela”, de Carla Queirós (P.Porto), co-autora, junto a Sérgio Veludo Coelho (P.Porto), de “Sistemas defensivos do litoral Norte no Caminho Português da Costa”.

Ainda com foco no espaço português continental, Vítor Ambrósio (ESHTE) e Carlos Fernandes (IPVC), sob o título “Avaliação do envolvimento dos municípios no Caminho Português de Santiago”, propõem e aplicam um sistema de avaliação do estado dos caminhos de Santiago a nível de dois concelhos portugueses. Por seu turno, em “O desenvolvimento dos caminhos de Santiago: uma análise à ação das comunidades locais no processo de patrimonialização dos itinerários jacobeus no Norte Interior de Portugal”, Pedro Azevedo (UTAD) centra-se na análise do papel desempenhado pelas comunidades locais em torno dos Caminhos existentes no Norte interior de Portugal. Já acerca do Caminho Português da Costa, Carlos Pazos-Justo (UMinho), Álvaro Iriarte (UMinho), Maria João Moreira (P.Porto/Galabra-UMinho) e Inês A. Lopes (Galabra-UMinho), em “O desenvolvimento do Caminho Português da Costa na perspetiva dos municípios e das associações. Da cultura ao turismo”, debruçam-se sobre as linhas de força do impulso no desenvolvimento deste itinerário entre as quais a escassa participação direta das comunidades locais.

Fora do espaço da Península Ibérica, “Peregrinação e comunidade local: o caso de Romaria – Minas Gerais”, de Raphael Marinho (UTAD), explora as transformações locais derivadas da peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Moraima. Com “Patrimonializaciones neoeextractivistas: nuevas formas de despojo en Abya Yala”, Carina Jofré (UNSJ, Argentina), sem deixar de interrogar-se acerca do papel da Academia, problematiza as lógicas extrativistas em Latino-América também em função das várias iniciativas de desenvolvimento de itinerários culturais como pode ser o caso do denominado *Sistema Vial Andino Qhapac Ñan*.

Encerra o presente volume um epílogo onde Elias Torres (USC) reivindica o papel da Academia na formulação de perguntas necessárias e respostas válidas para o bem-estar das comunidades.

Resta-nos, por último, agradecer a todas as pessoas envolvidas nesta publicação o seu trabalho e disponibilidade, com uma nota de especial de gratidão às colegas da Rede Galabra e ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

A equipa editora
Santiago de Compostela/Braga, outono de 2022

PATRIMONIALIZACIONES NEOEXTRACTIVISTAS: NUEVAS FORMAS DE DESPOJO EN ABYA YALA

NEOEXTRACTIVIST PATRIMONIALIZATIONS:
NEW FORMS OF DISPOSSESSION IN ABYA YALA

Carina Jofré*

centrodeestudiosceiaa@gmail.com

Mi trabajo plantea que los caminos patrimonializados en Abya Yala – bajo distintas figuras, rutas, itinerarios, etc. – funcionan como construcciones políticas neoextractivistas en las que se conectan viejos y nuevos modelos políticos y expectativas de desarrollo y comercialización regional, cuyo origen se remonta a la política de integración multilateral en Europa a finales del siglo pasado. Desde una crítica ontológica, epistémica y política de la producción de patrimonios neoextractivistas, el trabajo aporta elementos conceptuales para observar cómo es que las políticas patrimoniales y sus procesos de patrimonialización también participan activamente en la definición de escalas globales de regionalización del capitalismo contemporáneo fomentando procesos de despojo.

Palabras claves: patrimonializaciones neoextractivistas, políticas de integración regional, procesos de desposesión.

My work proposes that the patrimonialized roads in Abya Yala – under different figures, routes, itineraries, etc. – function as neo-extractivist political constructions that connect old and new political models and expectations of regional development and commercialization, whose origin dates back to the politics of multilateral integration in Europe. Adopting an ontological, epistemic and political critique of the production of neo-extractivist heritage, this paper provides conceptual elements to observe how non-extractivist

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidad Nacional de San Juan, San Juan, Argentina.

patrimonialization processes also actively participate in the definition of global scales of regionalization of contemporary capitalism, encouraging dispossession processes.

Keywords: Neo-extractivist patrimonializations, regional integration policies, dispossession processes.

1. Introducción

En abril de 2019 el titular de un diario llamó mi atención: “En un operativo inédito, sacan del país 100 toneladas de mercurio de la mina Veladero”¹. La nota explicaba que:

En un operativo logístico de grandes dimensiones, comenzó el transporte de 100 toneladas de mercurio de la mina Veladero, en San Juan, hasta el puerto de Santo Antonio, en Santiago de Chile. El residuo contaminante, que era almacenado en estado líquido desde 2012, viaja en botellones de acero, colocados en contenedores, que son transportados en camiones. Pasará por seis provincias del noroeste argentino y nueve países hasta llegar a su destino final en una mina de sal en Alemania, donde quedará sepultado.

Estas conexiones posibilitadas por los caminos físicos que entran las rutas del despojo y la contaminación delinear el escenario neoextractivista – cotidiano en Argentina – y desde el cual reflexiono acerca de las rutas y los caminos patrimoniales. Por eso, la etnografía que practico es una investigación situada en la frontera de los conocimientos producidos en estos territorios de sacrificio, en el sentido encarnado de la perspectiva feminista (Haraway, 2021) y, a la vez, adopta un diseño multiescalar con posiciones de observación multisituadas en múltiples niveles del trabajo de investigación (Marcus, 2018) combinando distintos campos de conocimiento como aquellos procedentes de la arqueología, antropología y ecología política. La premisa principal de este trabajo plantea que los caminos patrimonializados en Abya Yala – bajo distintas figuras, rutas, itinerarios, etc. – funcionan como construcciones políticas neoextractivistas en las que se conectan viejos y nuevos modelos políticos y expectativas de desarrollo y comercialización regional, cuyo origen se remonta a la política de integración multilateral en Europa a finales

1 Mina Veladero: “En un operativo inédito, sacan del país 100 toneladas de mercurio de la mina Veladero”. Nota publicada por el Diario Clarin.com/ Sección Sociedad, el día 24/04/2019. Disponible en https://www.clarin.com/sociedad/operativo-inedito-sacan-pais-100-toneladas-mercurio-mina-veladero_o_CyG7_nOpG.html (Visitado por última vez el 1 de junio 2021).

del siglo pasado. Desde este punto de vista, las rutas patrimoniales e itinerarios culturales mundiales son los “camino del neoextractivismo en Abya Yala” formando parte activa de la “estructura contemporánea del despojo” (Galeano, 2004), en nuestros cuerpos-territorios.

Siendo esta una compilación de trabajos propuestos en el *Congreso Internacional Comunidades Locais e Caminhos de Santiago*², efectuado en Santiago de Compostela (Galicia, España) en 2021, es importante señalar aquí el uso que hago del concepto de Abya Yala, en este caso, para referirme a un territorio amplio que abarca todo el actual Continente Americano, y cuya historia de colonización europea es disímil y heterogénea. Originalmente el término proviene del Pueblo Cuna (habitantes del actual Panamá), quienes denominan el continente como “tierra en plena madurez”. Takir Mamani, líder indianista aymara, propuso hace varios años atrás que el concepto de Abya Yala sea empleado por todos los Pueblos Indígenas del continente, considerando que “llamar con un nombre extraño nuestras ciudades, pueblos y continentes equivale a someter nuestra identidad a la voluntad de nuestros invasores y a la de sus herederos”. En la actualidad varios Pueblos y Comunidades Indígenas en Sudamérica adoptamos el concepto adhiriendo a un proyecto mayor de descolonización de nuestras lenguas y de las percepciones de los territorios habitados antes de la llega europea.

En líneas generales en este trabajo propongo observar cómo es que las políticas patrimoniales y sus procesos de patrimonialización también participen activamente en la definición de estas escalas globales de regionalización, dentro de articulaciones capitalistas complejas, como son las rutas del denominado modelo socioterritorial neoextractivista en Sudamérica (Acosta, 2012; Gudynas, 2011; Lander, 2018; Svampa, 2019), y lo hace a través de la producción de artefactos patrimoniales adecuados a la lógica de reproducción ampliada del capital, tales como son las rutas patrimoniales e itinerarios culturales transnacionales. Esto vincula la producción de patrimonios con las políticas de integración regional y la construcción de infraestructura a pedido de las bancas de crédito internacional, tema bastante desatendido en la bibliografía especializada en temas del patrimonio. Desde una perspectiva

2 Este trabajo es una versión de la conferencia realizada en la Plenaria de cierre del *Congreso Internacional Comunidades Locais e Caminhos de Santiago. Ameaças e alianças*, celebrado del 27 al 30 octubre de 2021 en Santiago de Compostela, Galicia. Aquella conferencia efectuada virtualmente se tituló originalmente: “Incomodando desde Abya Yala. Notas, reflexiones y preguntas para reconocer las patrimonializaciones neoextractivistas”.

regional considero que los procesos patrimoniales contemporáneos en Abya Yala favorecen el trabajo de rediseño de las geograffias nacionales afectando también profundamente las regiones del mundo en sus diversas escalas, en el marco de los procesos de desterritorialización del capital. La perspectiva regional de las patrimonializaciones globales requiere de una crítica al Estado-capitalismo-patriarcado, y especificidad etnográfica de los procesos, tramas y actores que la constituyen, en particular una descripción clara de los procesos contemporáneos que definen las nuevas formas de la geopolítica mundial y regionalizada, en constante cambio y dinamismo. La perspectiva regional de los procesos de patrimonialización que propongo reconoce que los procesos de globalización también suponen la regionalización de las economías capitalistas financieras. Rogério Haesbaert (2019, p.16) explica que:

involucran a los “grandes” sujetos que pretenden dar las cartas y definir los rumbos del capital financiero, de la especulación en diferentes niveles y de la mercantilización generalizada. En nombre de una lógica individualista-contable mundial, este movimiento propone, de alguna manera, integrar las distintas áreas del planeta “regionalizando”, sobre todo, en la forma que mejor conviene a sus estrategias geográficas de circulación, acumulación y dominación. Pero, es claro, este movimiento siempre se articula, de forma contradictoria y/o ambivalente, con un proceso que podemos denominar contra-hegemónico.

En este artículo intentaré mostrar cómo es que en Argentina, y en particular en la Provincia de San Juan, los caminos patrimoniales del Qhapac Ñan son parte constitutiva de la forma territorial que adquiere el saqueo neoextractivista y su forma y dinámicas de expansión se corresponden con los proyectos de políticas económicas regionales. Es importante también subrayar que, desde mi perspectiva, estos patrimonios producidos por el capitalismo contemporáneo no están en tensión con estas dinámicas depredatorias, puesto que les sirven de fundamento para su ampliación y profundización extractivista. Al punto que en muchos lugares del planeta, como en Suramérica, son la punta de lanza de la avanzada del frente estatal-capitalista-patriarcal-extractivista.

2. Situando la perspectiva

Desde hace varios años vengo explorando en la investigación la relación entre los patrimonios y neoextractivismos. Originalmente comencé estudiando etnográficamente las formas de patrimonialización de lugares o territorios

con memorias de un pasado indígena en el norte de la Provincia de San Juan (República Argentina), esto fue cerca del año 2005-2006 – en el marco de mi investigación doctoral – movilizaba por conocer e indagar en las historias de pueblos y comunidades afectados a nuevos proyectos estatales-capitalistas y en las cuales reconocía la marca colonial en la propia historia de mi familia. En esos años se instalaba y empezaba a explotar la Mina Veladero, un yacimiento de oro concesionado a la mal reputada empresa transnacional canadiense Barrick Gold³. Eso dio lugar a mi beca posdoctoral en el año 2012-2013 cuando decidí centrarme en estudiar las relaciones entre estas patrimonializaciones y los proyectos de minería a gran escala⁴. Hacia esa época ya había notado que estas exploraciones y explotaciones mineras contemporáneas ocurrían mucho más que la destrucción de ruinas y lugares de memoria indígena, tema que convocaba la atención de mis investigaciones. Allí sucedía una transformación o reconfiguración de territorios, cuerpos, subjetividades y emociones que, a la vez, requería de una acelerada producción patrimonial.

En esa época me acerqué muy ingenuamente a un tema que se fue convirtiendo en una preocupación mucho más importante de lo que advertí inicialmente. Ese acercamiento en principio desacoplaba el patrimonio del

3 Ver el libro *Negro Canadá. Saqueo, corrupción y criminalidad en África* (2008), del autor Alain Deneault, en colaboración con Delphine Abadie y William Sacher, quienes expusieron una investigación que desnuda el rol de Barrick Gold en los contextos bélicos genocidas en África. Desplegando una aplastante violencia empresarial para censurar a los autores del libro, Barrick Gold los demandó por la suma de 6 millones de dólares, sacando de circulación la versión publicada por Ecososieté.

4 Estas investigaciones fueron realizadas con apoyo del Consejo Nacional de Investigaciones Científica y Técnica – de la Argentina – (CONICET), a través de distintos proyectos de becas doctorales obtenidas entre 2006-2011. Posteriormente, a través del proyecto de beca posdoctoral CONICET (2012-2015) “Procesos de patrimonialización de lugares de memoria indígena en contextos megamineros del Norte de la provincia de San Juan” y a través del proyecto de investigación (2012-2016, Id 02/H264) “Territorios en disputa: Procesos de patrimonialización y contra-patrimonialización de lugares de memoria indígena en la provincia de San Juan (Rep. Argentina)”. Este último fue acreditado y financiado por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca (Resolución Rectoral 265/12). Durante el período 2016-2018, las investigaciones se realizaron a través del proyecto de CIC-CONICET (2016-2018) “Ontologías de lo real: estudios acerca de la construcción de conocimientos y saberes en espacios fronterizos o zonas de contacto intercultural (Prov. de San Juan, Rep. Argentina)”. Estas investigaciones se vieron también potenciadas entre 2015-2016 por una estancia posdoctoral realizada en el Departamento de Antropología de la Universidad del Cauca, Popayán, Colombia, bajo la dirección de Cristóbal Gnecco, para desarrollar el plan de formación e investigación “Pueblos indígenas, memoria, patrimonio y procesos socioeconómicos globales”, estancia lograda con ayuda del Programa de Financiamiento de Estancias Cortas en el Exterior del CONICET, que incluyó una colaboración con la Universidad Autónoma Indígena Intercultural (UAIIN) del Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) para conocer y compartir experiencias de luchas contra los neoextractivismos en Colombia y Argentina.

extractivismo. Es decir asumía que existían procesos y políticas patrimoniales culturales y arqueológicas, mientras que por otro lado, supuestamente, ocurrían extractivismos mineros que hacían converger a las dinámicas institucionales estatales desde donde se administraban los patrimonios (Jofré, 2015). En los últimos años, la relación cotidiana en distintos espacios de activismo social (comunidades indígenas, asambleas socioambientales y activismos académicos)⁵ me ofrecieron el anclaje territorial necesario para ampliar mi conocimiento de las tramas del neoextractivismo como un modelo socioterritorial, permitiéndome revisar sesudamente muchas limitaciones de la teorización académica disciplinaria, en particular en la antropología-arqueología para abordar las relaciones entre los procesos patrimoniales y las dinámicas capitalistas contemporáneas (Jofré & Gnecco, 2022).

De este modo mis propuestas aquí vertidas se inscriben en un largo proceso de investigaciones realizadas durante más de una década, efectuadas en la provincia de San Juan, República Argentina, y que entienden los procesos de patrimonialización contemporáneos como nuevas formas imperceptibles del despojo y la violencia (Jofré, 2017a, 2019). Sostengo que estos procesos patrimoniales, sus políticas, dinámicas y dispositivos de poder, persiguen la reconversión de todo espacio de la vida (cuerpos-territorios, memorias y sus relacionalidades), en nuevos espacios de reproducción y explotación capitalista, y en nuestras geografías sudamericanas lo hacen ampliando las fronteras de reproducción del capitalismo en su forma neoextractivista, a partir de lo cual propuse el concepto de “patrimonializaciones neoextractivistas” (Jofré, 2019a, 2022a, 2022b, 2022c) para denominar a estas nuevas formas de producción cultural patrimonial íntimamente afectadas por las nuevas formas del imperialismo capitalista.

La patrimonialización de caminos incaicos empezó a ser de interés en Argentina cerca del año 2003, misma época en que las explotaciones de minería a gran escala operadas por empresas transnacionales empezó a ser

5 Me refiero a mi participación en organizaciones indígenas en Argentina, en particular como miembro de la Comunidad Warpe del Territorio del Kuyum (Comunidad Warpe del territorio del Kuyum | Facebook), y participación y colaboración con asambleas socioambientales en provincias argentinas como Catamarca, San Juan y La Rioja, también como miembro de la red de mujeres y disidencias Feministas Antiextractivistas del Sur (Feministas Antiextractivistas Del Sur | Facebook), y los activismos académicos vinculados en particular a los estudios críticos del patrimonio promovidos desde la Red de Información y Discusión en Arqueología y Patrimonio. La RIDAP, un colectivo de análisis crítico integrado por investigadores/as, activistas, indígenas, organizaciones y movimientos sociales y grupos de trabajo interesados en desmontar los imaginarios modernos que construyen la relación patrimonio + cultura + identidad + memoria + territorios (<https://ridap.org/>).

una problemática socioambiental y política evidente en el país, producto del alza de las *commodities*⁶ en las bolsas financieras (Svampa, 2012), en especial la subida del valor de minerales metalíferos como el oro, la plata y el cobre. Las siete provincias anexadas al Proyecto Qhapac Ñan, originalmente propuesto desde Perú, también convergían fuertemente al interés por la explotación a gran escala de minerales metalíferos (oro, plata, cobre, litio, etc.) y radioactivos (uranio). En San Juan, una de esas siete provincias, los caminos incaicos habían sido documentados por la arqueología desde la década del 60-70 del siglo XX, pero nunca habían sido objeto de iniciativas de patrimonialización ni apuestas turísticas estatales de envergadura.

Aquel interés nació de relaciones políticas diplomáticas orquestadas por iniciativas promovidas desde Perú y desde el propio del Centro del Patrimonio Mundial con sede en París, donde se inició el trabajo de construir la arquitectura piramidal de gestión del Qhapac Ñan (Rendón Puertas, 2017; Sanz, 2012). El nombre fue tomado de la narrativa arqueológica construida por John Hyslop en su libro de 1984, publicado originalmente en inglés con el título: *The Inka Road System*. Entrado el siglo XXI, y sobre la teorización arqueológica de Hyslop, se puso en marcha un proyecto multiescalar que abarcó la patrimonialización de tramos de caminos utilizados en épocas de los incas y que dio origen a la clasificación del “Sistema Vial Andino”, el más importante del mundo indígena precolonial en Sudamérica (Ministerio de Cultura, 2020). Construido así dentro de este relato de esplendor del pasado indígena de los pueblos a lo largo de la cordillera de los Andes (desde Ecuador hasta Argentina), la imaginería patrimonial en torno a los caminos incaicos empezó a atribuirse al supuesto re-descubrimiento de la importancia del pasado de gloria de los incas y los pueblos anexados al antiguo Tawantisuyo (Díaz, 2017; Gnecco, 2020). Una empresa que, en apariencias, hacía justicia a siglos de olvido.

Observando las dinámicas de patrimonialización en torno a una presencia proyectos mineros de dimensiones faraónicas, donde se explotan minerales desde justamente inicios del 2000, empecé a prestar atención a la relación política de estos procesos patrimoniales con los pilares de los programas de

6 El concepto de *commodities*, en un sentido amplio, se entiende como productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente o como “productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacionales y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento” (Svampa 2013, p. 32). Para el caso de América Latina, la demanda de *commodities* está concentrada en productos alimentarios, como el maíz, la soja y el trigo, así como en hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, etc.).

Gobierno en la Provincia de San Juan. De la mano de esta política de Estado, la minería, los agronegocios, el turismo y la creación del Túnel de Agua Negra (dentro del corredor económico bioceánico en el eje Chile-Mercosur) aparecían como horizontes desarrollistas en torno a los cuales se creaban nuevas y ambiciosas expectativas de un futuro de modernización y de la supuesta redistribución de la renta producto de estas actividades económicas (Jofré, 2017b; 2022b). Los procesos patrimoniales, es decir, la creación de patrimonios a través de nuevas clasificaciones y seriaciones producidas en función de estos ejes del programa de gobierno de la provincia de San Juan adquiriría novedosa importancia solo a los fines de sostener planificaciones que, además, ya no estaban pergeñadas sólo por funcionarios/as locales. Estaban fundamentalmente orientadas ahora por directrices muy claras originadas en escalas regionales y globales más amplias trazadas, por ejemplo, en las declaraciones progresistas de los presidentes nucleados en la UNASUR y en el ordenamiento territorial creado por el BID y el Banco Mundial, la IIR-SA-COSIPLAN. Esta conexión entre los programas de gobierno, las políticas de integración económica y cultural de la región sudamericana, sumada a la presencia en alza de empresas internacionales de la minería procedentes de Canadá, Brasil, Australia, y China, entre los más importantes, localmente nos hacía tomar dimensión de la escala planetaria de estas políticas organizadas a partir de intereses financieros, para los cuales Suramérica es “la cantera del mundo” (Antonelli, 2014). Algunas preguntas claves de esa indagación fueron: *¿Qué conectan esos caminos del pasado y del futuro? ¿Qué puentes extienden estas rutas patrimoniales y las rutas del saqueo contemporáneo en nuestros territorios de vida?*

A través del estudio de esas lógicas de conexión entre el interés beligerante por la patrimonialización de caminos incaicos en las últimas dos décadas en Sudamérica y la instalación y ampliación de fronteras del neoextractivismo en la provincia de San Juan fui construyendo una perspectiva multisituada de la etnografía arqueológica que practico. Esto, claro, desde mi situacionalidad local anclada en mi experiencia cotidiana, la cual me recuerda a diario que “vivo en la cantera del mundo”. Esto es lo que me permite vincular mi observación crítica de otros niveles regionales y globales en los que las patrimonializaciones neoextractivistas tienen lugar en la actualidad. Observarlas, definir las y conectarlas con procesos de desposesión y violencia son los objetivos de mi investigación. En relación a esto, mi definición de las patrimonializaciones neoextractivistas (Jofré 2019, 2022a, 2022b) intenta comprender,

definir y denunciar la íntima relación entre los procesos patrimoniales contemporáneos y las dinámicas gravitatorias de nuevas formas de extractivismos – también nombrados como neoextractivismos – en los cuales el Estado participa como regulador y garante del saqueo, contaminación y reconfiguración de los cuerpos-territorios que habitamos.

La patrimonialización es un acto que compromete primeramente al orden de la ley, es un campo de regulación Estatal donde se implican discursos de poder en los que una visión de mundo se impone sobre otras, instaurando una hegemonía predatoria sostenida por los grupos dominantes en cuyas manos se concentra la autoridad y el poder dejar morir o dejar vivir (Foucault, 2006). El patrimonio implica y complica la autoridad del Estado, sus agentes y funcionarios, e informantes académicos y científicos, y en la actualidad esa autoridad es ratificada y apuntalada por un programa esquemático bien delineado desde grupos intelectuales y políticos reducidos, que batallan por ofrecer al capitalismo financiero contemporáneo una razón efectiva para ampliar su alcance a todo rincón del planeta. Y así inscriben al patrimonio en un juego geopolítico de intereses que nada tiene que ver con la justicia social y ambiental para los pueblos (Svampa, 2019). Al hablar del “patrimonio de los pueblos” y de “la gobernanza global del patrimonio” las narrativas de los informantes de la UNESCO expanden esta colonización ontológica y epistémica en donde la racionalidad del Estado y el capitalismo contemporáneo encuentran su fundamento primero para expandir su soberanía, convirtiendo en recursos hasta los bienes más básicos necesarios para la reproducción de la vida (agua, aire, ambiente sano) en los territorios donde habita la población menos favorecida en esta contienda entre oferta y demanda.

Mi trabajo intenta mostrar de qué forma funciona el patrimonio a partir de procesos que constituyen una colonización ontológica del frente moderno – estatal-capitalista –patriarcal eminentemente extractivista y neocolonial (Jofré, 2022a; 2022b; Jofré y Gnecco, 2022). Esto me fue acercando mucho más al feminismo, sobre todo a los feminismos antiextractivistas y decoloniales. De esta forma fui combinando preocupaciones y preguntas originadas en movimientos sociales antiextractivistas como así también en los debates y activismos promovidos en la RIDAP, así fui construyendo una mirada en la investigación crítica y reflexiva situada en los márgenes (hooks, 2020, Smith, 2016), en la frontera entre conocimientos de mundos antagónicos y contradictorios. Esta investigación situada es una investigación acuerpada, que asume la conciencia de que habitamos un

cuerpo-territorio desde donde construimos perspectivas parciales, entre las cuales las mujeres, y otros cuerpos feminizados, encarnamos también la objetividad feminista (Haraway, 2021)⁷.

3. Claves teóricas

3.1. Descolonización, despatriarcalización y despatrimonialización

En recientes trabajos he propuesto una apuesta teórico política que orienta mi investigación hacia tres horizontes de emancipación: descolonización, despatriarcalización y despatrimonialización. Estos tres horizontes constituyen una referencia teórico-metodológica y política para la investigación y, a su vez, conectan o intersectan tres horizontes de luchas sociales y feministas, tres compromisos políticos que no necesariamente se tocan entre sí. La descolonización de las teorías y metodologías implica un compromiso político con el descentramiento de Europa como punto de origen y referencia de nuestra praxis teórica. También supone el reconocimiento de las heridas coloniales constitutivas a nuestras experiencias históricas traumáticas desde donde hemos sido producidos/as ontológicamente como alteridades en relación a percepciones occidentales moderno capitalistas. Mientras que la despatriarcalización es un proceso de desobediencia y denuncia del orden patriarcal dominante y que tiende principalmente a desestructurar el poder como lugar de relación-dominación en cualquiera de sus formas. Como ya ha sido señalado por los feminismos críticos, decoloniales y comunitarios en Abya Yala, no puede haber descolonización si no hay despatriarcalización (Galindo, 2020). Esa denuncia alcanza no solo a las posiciones teóricas producidas por las narrativas androcéntricas de la crítica poscolonial y de la confluencia del giro decolonial, y hasta las izquierdas teóricas ligadas al marxismo, también van dirigidas a la crítica de las posiciones dominantes del feminismo hegemónico blanco, en todas sus variantes, que ha demostrado ser eurocéntrico, universalista, racista (Anzaldúa, 2016; Lugones, 2012). Tanto la descolonización como

7 Me refiero a los conocimientos situados como conocimientos encarnados tal y como lo definió Haraway desde una teoría feminista, diferenciables de aquellos conocimientos irresponsables e insituables, incapaces de dar cuenta de la localización de su relación con los discursos de los poderosos y de su responsabilidad en actos de negación, represión, olvido y desaparición. Esos conocimientos irresponsables pretenden que el no estar en ninguna parte es condición para una objetividad relativista “una manera de no estar en ningún sitio, mientras se pretende igualmente estar en todas partes. La igualdad del posicionamiento es una negación de responsabilidad y de búsqueda crítica” (Haraway, 2021, p. 44).

la despatriarcalización funcionan como utopías, como puntos de confluencia de las luchas contemporáneas, mientras que la despatrimonialización representa un proceso de lucha en buena medida desconocido.

Defino la despatrimonialización como un horizonte utópico descentrado de la experiencia patrimonial moderno capitalista y orientado a la denuncia de la cosificación de la vida en todas sus formas. La despatrimonialización denuncia y expone los efectos dañinos de los procesos y políticas de patrimonialización contemporáneos producidos de la racionalidad estatal y global; entiendo que estos constituyen avanzadas ontológicas, epistémicas, políticas y económicas sobre los cuerpos-territorios para su reconversión en nuevos espacios de acumulación capitalista (Jofré, 2022a, 2022b). La despatrimonialización de nuestras subjetividades acostumbradas a la protección del marco jurídico estatal normado por las leyes del Estado y los consensos económico- financieros globales, también es un proceso en marcha protagonizado en general por pueblos y comunidades indígenas que cuestionan los efectos cosificantes, fetichistas y racializantes que pesan sobre los cuerpos-humanos y cuerpos-territorios violentados y desposeídos por las historias coloniales de violencia y despojo en Abya Yala. En Sudamérica varias experiencias de luchas indígenas están reclamando la despatrimonialización de cuerpos humanos expoliados por las prácticas científicas de disciplinas como la arqueología durante los genocidios perpetrados contra nuestros pueblos en el siglo XIX y avanzado el siglo XX. Esta demanda por la despatrimonialización del cuerpo de nuestros ancestros y ancestras constituye una crítica radical a la racionalidad moderna patrimonializadora del Estado y de las ciencias, y solo puede ser comprendida en estas coyunturas históricas y luchas situadas en los territorios con experiencias coloniales. Mi posición respecto a las despatrimonializaciones y su teorización crítica ha sido construida en un largo camino emprendido con la Comunidad Warpe del Territorio del Kuyum por la despatrimonialización de los cuerpos de nuestros ancestros y ancestras exhibidos y estudiados como piezas de museo en las instituciones del Estado y las universidades (Jofré & Gómez, 2022). La cosificación del cuerpo vivido como territorio de ancestría de nuestro Pueblo Warpe anima nuestra búsqueda por la despatrimonialización de la vida en los territorios experimentados como cuerpos dolientes (Jofré, 2020b), por la expoliación progresiva producida por las políticas neoextractivistas actuales.

3.2. Los procesos patrimoniales neoextractivistas

En anteriores trabajos he sostenido que:

Las patrimonializaciones neoextractivistas en Argentina se descubren así como parte de las experiencias contemporáneas de la necropolítica para la destrucción humana Mbembé (2003). Las políticas patrimoniales de conservación se confabulan también con la muerte en una necropolítica del despojo vinculada a procesos genocidas iniciados en el siglo XVI por la colonia española, y conecta también el tiempo largo del racismo ejercido por las prácticas sociales genocidas (Feierstein 2007) que siguen regulando la distribución de la muerte y potenciando el rol asesino de las políticas de Estado contemporáneas (Mbembe 2003) (Jofré, 2022a, p. 196).

La etnografía de los procesos de patrimonializaciones neoextractivistas que realizo incorpora la idea de desposesión – traducida al español como despojo – acuñada por el geógrafo David Harvey (2003, 2004). Este autor sostiene que, a diferencia de los modos tradicionales de la acumulación originaria y en una nueva fase del capitalismo, las fronteras de los mercados se vieron ampliadas a zonas que antes no habían sido colonizadas por el capital. Al mismo tiempo, esta incansable avanzada capitalista creó las condiciones actuales de la “crisis de sobreacumulación del capital” debido su necesidad de reproducción constante (Harvey, 2004). Es este hecho el que produce nuevos espacios del despojo que Harvey denomina “geografías de desigualdad”, espacios de fragmentación y reproducción de las diferencias (sociales, étnicas, raciales, económicas, etc.) que son – por antonomasia – el efecto adverso y dañino de aquellas “geografías de acumulación capitalista” originadas en la transformación del espacio en mercancía (Harvey, 2014).

La acumulación por desposesión, también traducida al español como despojo, en términos de David Harvey, y a nivel económico y social:

(...) significa la posibilidad de liberar activos de bajo coste [a través de la privatización] abriendo vastas áreas para la absorción de capitales excedentes, mientras que también proporciona los medios para descargar el coste de la devaluación de los capitales excedentes sobre los territorios y las poblaciones más débiles y vulnerables (Harvey 2004, p. 142).

¿Cómo funciona este (nuevo)extractivismo? Por ejemplo, la sobreexplotación de minerales metalíferos produce su caída en los precios que cotizan

en los mercados financieros, por lo tanto, mientras más mineral se explota menos vale. Este sistema capitalista de “acumulación por desposesión” alimentado por la demanda de los países centrales y emergentes, como China, tiende a acentuar los problemas ambientales y sociales en nuestros países, al tiempo que crea, reproduce y profundiza las desigualdades en las economías regionales. Desde esta perspectiva del despojo considero que la reproducción exacerbada de patrimonios culturales turísticos en el mundo también constituye un ejemplo de estos nuevos espacios de acumulación, donde el capital se reproduce en esta búsqueda incesante de valoración.

El concepto de neoextractivismo al que me refiero se entiende de una manera amplia como un “modelo sociopolítico-territorial plausible de ser analizado a escala nacional, regional o local” y, desde un punto de vista teórico más amplio, como “una ventana privilegiada para dar cuenta de las dimensiones de la crisis actual” (Svampa 2019, p. 17-18). Este nuevo modelo sociopolítico-territorial se basa además en la exportación a gran escala de bienes primarios considerados *comodities*, el crecimiento económico y la expansión del consumo (Svampa 2012; 2019; Svampa & Viale 2014), y se encuentra articulado discursivamente con versiones del desarrollismo expresado globalmente, por ejemplo, en los objetivos del Desarrollo Sostenible en la agenda 2030 de UNESCO (Jofré, 2022a).

Este capitalismo de rapiña se vive de formas más brutales y devastadoras en los territorios y poblaciones del Sur Global sacrificados con el cometido de sostener el nivel de vida y competitividad de los centros económicos de los países hacia los que convergen las economías financieras globales. Que exista un renovado interés por generar apuestas turístico-patrimoniales para “poner en valor” los caminos antiguos que antes solo interesaban a las investigaciones arqueológicas e históricas, tiene su correlato dinamizador en donde se hace necesario la conversión de estos caminos en nuevos espacios de reproducción capitalista. De este modo, esta reconversión ontológica de los caminos en patrimonio es informada por las narrativas arqueológicas y de los gestores culturales que buscan ampliar las fronteras de reproducción del capital sin asumir el costo de los procesos de desposesión que ello trae aparejado.

Los procesos de desposesión ligados a la patrimonialización son cada vez más estudiados aunque sigue habiendo la primacía de un enfoque que tiende a desacoplar los procesos de patrimonialización de los procesos de reproducción onto-epistémica capitalista contemporáneos, viéndolos usualmente como dos procesos diferentes que pueden, o no, hermanarse, bajo la falsa idea

de que existen “buenas prácticas patrimoniales” diferenciables de otras malas prácticas; esta es la posición adoptada, por ejemplo, por nuevas tendencias patrimoniales supuestamente decoloniales y feministas producidas con apoyo de sectores estatales en Argentina (ver Elbirt & Muñoz, Comps., 2021). Estas últimas no ofrecen perspectivas que pongan al patrimonio – como epistemología y ontología moderno colonial y patriarcal – en suspenso para la comprensión de las luchas sociales territoriales frente a los extractivismos industriales, etc.

La condición ontológica y política del extractivismo también revela su relación con el patriarcado⁸ moderno capitalista. Silvia Federici explicó claramente cómo la expropiación capitalista del cuerpo-territorio – mal entendido como Naturaleza – encuentra en el patriarcado histórico los fundamentos de esa violación primigenia que fundamenta e institucionaliza la violencia contra las mujeres (Federici, 2004). La historia misma del despojo en nuestros territorios del Aby Yala se liga a la empresa de colonización europea ultramarina en el siglo XV, ese es el escenario histórico en el que se funda la colonialidad del género del sistema patriarcal moderno en nuestros pueblos (Lugones, 2008, 2011; Espinosa, 2016). Para la socióloga feminista nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí ([1997] 2017, p. 207) “el control colonial se describe en sí mismo como un privilegio masculino, marital o señorial. A menudo se le representa como el proceso que despoja de su hombría a los colonizados”, suponiendo siempre el carácter masculino del colonizado.

Desde una perspectiva despatriarcalizadora sostengo que el orden patriarcal se construye sobre el propio sistema de dominación patriarcal que cimienta esas estructuras elementales de la violencia reconstruida a diario en “la guerra contra las mujeres” (Segato, 2016) – y agrego las disidencias sexo genéricas y las infancias –. Algunas de esas violencias residen en la tensión constitutiva e irreductible entre el sistema de *status* (patriarcal, racial, sexo genérico heteronormado, cisnormativo) y el sistema de contrato vigente en las formas contemporáneas de la ley del Estado (Segato, 2013). Ambos son, dice la antropóloga argentina Rita Segato, correlatos y coetáneos en el último tramo de la larga prehistoria patriarcal de la humanidad (Segato, 2013).

Aquel “deseo patrimonializador” que denuncio se constata a diario en nuestros territorios, inclusive en los movimientos sociales, medioambientales

8 Aquí entiendo al patriarcado como “la estructura de relaciones entre posiciones marcadas por un diferencial jerárquico e instancia paradigmática de todos los otros órdenes de estatus (racial, de clase, entre naciones o regiones)” (Segato, 2014).

e indígenas que proponen la defensa de los territorios (Jofré, 2022c). Al reclamar el patrimonio y sus dispositivos estatales de delimitación, control y regulación, aquellas defensas territoriales se construyen sobre ese orden patriarcal, donde la fuerza del *estatus* de la ley – la tutela del pater – que “protege” y “regula” termina imponiendo la avanzada de la forma estado-capital-extractivismo-patriarcado sobre esos lugares que quiere preservárselos de la explotación de las industrias extractivistas. Pero tarde o temprano se devela que la forma estado-capital regula y controla las prácticas neoextractivistas que aparecerán ahora bajo la forma de patrimonializaciones neoextractivistas. Estas últimas, no solo explotarán estos lugares a proteger bajo sus lógicas de extracción de energías y símbolos para construir sus narrativas patrimoniales al servicio del orden estatal y nacional imperante, sino que permitirán alinear la explotación extractivista industrial con las supuestas lógicas de conversación patrimonial. Por eso, estas amenazas del neoextractivismo también fueron imbricándose de forma más evidente con las estrategias de patrimonialización de los sitios listados como Patrimonio de la Humanidad por UNESCO, de entre los cuales, más del setenta por ciento están amenazados por algún tipo de actividad extractiva industrial (Ver por ejemplo WWF 2015), hecho que también devela la primacía de los intereses de los países integrantes del Comité del Patrimonio Mundial sobre los recursos naturales explotables y los negocios derivados de ellos (Meskell, 2018).

4. Los itinerarios culturales nacidos de la Unión Europea

Como lo mencioné al comienzo de este trabajo, las patrimonializaciones de los caminos como rutas patrimoniales observados en Abya Yala se remontan a la instauración de la figura de los “itinerarios culturales” dentro del programa de los itinerarios culturales de Europa fundado en 1987, a partir de la creación del Itinerario Cultural “Camino de Santiago”. Esto sucedió en el marco de las negociaciones políticas para la creación de la Unión Europea nacida, por esos años (en 1993) a través del Tratado de la Unión Europea (TUE). La Unión Europea constituye una política de integración regional entre países que adhieren a un sistema híbrido de gobierno transnacional y en el que se combinan elementos propios de cooperación multilateral fuertemente estructurada e institucionalizada, con otros de estilo netamente supranacional. Dentro de esta estructura, los itinerarios culturales están hiperinstitucionalizados en consejos, institutos y acuerdos transnacionales,

hecho que, como desarrollaré aquí, fue instalando esta figura patrimonial en la agenda internacional del patrimonio.

En 1998, se creó el Instituto Europeo de Itinerarios Culturales de la Unión Europea (IEIC), como parte de un acuerdo político entre el Consejo de Europa y el Gran Ducado de Luxemburgo (Ministerio de Cultura, Educación Superior e Investigación), el cual se encuentra en el Centro de encuentro cultural – Abadía de Neumünster en Luxemburgo, “con el fin de crear de vías que impulsen la conciencia e identidad europea, la cooperación internacional y fomenten el desarrollo económico” (Sitio web oficial del Council of Europe, 2021). Este antecedente del origen político integracionista de los itinerarios culturales es muy importante puesto que caracteriza las dinámicas políticas del capitalismo global regionalizado; en el caso europeo, orientado por el multilateralismo para la cooperación internacional. Más tarde, en 1994, se celebró en Madrid la Conferencia *Routes as Cultural Heritage* donde fue creado el Comité Científico Internacional de Itinerarios Culturales del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (CIIC-ICOMOS) y que proveyó una primera definición⁹.

Relacionado a este nuevo “giro integracionista” mundial que ya empezó a tener efectos sobre las dinámicas de patrimonialización de caminos y la creación de rutas patrimoniales, tempranamente, en 1999, se suscribió en México la “Carta Internacional sobre Turismo Cultural” para la Gestión del Turismo en los sitios con “Patrimonio Significativo”, bajo el supuesto de los derechos de una ciudadanía global con “derecho y la responsabilidad de comprender, valorar y conservar sus valores universales”. De forma muy clara y sin rodeos esta carta dice que: “El turismo puede captar los aspectos económicos

9 En estas nuevas categorías patrimoniales se encuentra la de ruta patrimonial: “Una ruta patrimonial está compuesta por elementos tangibles cuyo significado cultural proviene de los intercambios y el diálogo multidimensional entre países o regiones, y que ilustra la interacción generada por el movimiento, a lo largo de la ruta, en el espacio y en el tiempo” (CIIC-ICOMOS, 1994). Por su parte los itinerarios culturales se impusieron años después. La Carta de Itinerarios Culturales del 2008 definió a estos como: Toda vía de comunicación terrestre, acuática o de otro tipo, físicamente determinada y caracterizada por poseer su propia y específica dinámica y funcionalidad histórica al servicio de un fin concreto y determinado, que reúna las siguientes condiciones: a) Ser resultado y reflejo de movimientos interactivos de personas, así como de intercambios multidimensionales, continuos y recíprocos de bienes, ideas, conocimientos y valores entre pueblos, países, regiones o continentes, a lo largo de considerables períodos de tiempo. b) Haber generado una fecundación múltiple y recíproca, en el espacio y en el tiempo, de las culturas afectadas que se manifiesta tanto en su patrimonio tangible como intangible. c) Haber integrado en un sistema dinámico las relaciones históricas y los bienes culturales asociados a su existencia (ICOMOS, 2008).

del patrimonio y aprovecharlos para su conservación generando fondos, educando a la comunidad e influyendo en su política”.

No olvidemos que en 1994, México había firmado con EEUU y Canadá el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), por el cual se eliminaron obstáculos al comercio facilitando la circulación transfronteriza de bienes y servicios entre estos países. Esto constituyó un hecho bisagra en la historia reciente de México, principalmente porque fue respondido con el levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional ese mismo año. En 1993, un año antes de la firma del TLCAN, el Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) junto con el National Park Service (NPS) firmaron acuerdos mutuos para efectuar investigaciones con el propósito de “poner en valor” del “Camino Real de Tierra Adentro” en ambos lados de la frontera entre México y Estados Unidos. Para lograr, de este modo, su inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO, hecho que recién se concretó en 2010, sin incluir los tramos dentro de las fronteras de EEUU (Hernández Osorio, 2015). El trabajo “científico” consistió entonces en rentabilizar y producir un valor comercial “con fundamento histórico” en torno a rutas y “bienes patrimoniales” que conectaban antiguamente los territorios donde se explotaba la plata y circulaban mercancías en épocas coloniales. Fue así como el “Camino Real de Tierra Adentro” en México, nacido e impulsado por los acuerdos del TLCAN, se constituyó en el primer itinerario cultural listado como patrimonio mundial por UNESCO en Abya Yala. Fue la voluntad integracionista de la política regional-globalizadora, de fuerte base neoliberal, la que impulsó y permitió esto.

Entrado el siglo XXI, la Carta internacional sobre los Itinerarios Culturales propuesta por el CIIC-ICOMOS en 2005 introdujo la categoría en el marco del Patrimonio Mundial de la UNESCO, siendo ratificada finalmente en 2008 en la Carta de Itinerarios Cultural provista por ICOMOS¹⁰ en Quebec (Hernández Ramírez, 2011). Esto sucedió al mismo tiempo que el Consejo de Europa elevó

10 Si bien se suele afirmar que existe una diferencia importante entre la propia idea de patrimonio que concibió originalmente el Consejo Europa, y aquella que se promueve desde ICOMOS-UNESCO, una considerada netamente comercial y la otra informada científicamente (Martorell Carreño, 2013), lo cierto es que ambas definiciones de patrimonio comparten el mismo piso ontológico y epistémico en el cual se valoran los preceptos universalizantes de experiencia moderna eurocentrada, y la conversión patrimonial como recurso del desarrollo sostenible. En todo caso, existe una puja por su control interpretativo de estas figuras desde diferentes órdenes supra nacionales, con las miradas puestas en los intereses que genera la renta de subproductos de estos paquetes patrimoniales transnacionales y las dinámicas políticas que subyacen a los actuales escenarios globales multipolarizados, política y financieramente inestables.

El Camino de Santiago a la categoría de “Gran Itinerario Cultural Europeo” en el año 2004, afirmando que en él se ve representado: “el significado del ser humano en sociedad, las ideas de libertad y de justicia (...), un espacio de tolerancia, del conocimiento y de la solidaridad, un espacio de diálogo y reunión”.

La tesis de Alberto Martorell Carreño publicada en 2010, “Itinerarios Culturales y Patrimonio Mundial” representa, sin dudas, la producción teórico-metodológica rectora del discurso patrimonial mundial y de sus “lenguajes de valoración” desarrollistas (Martínez Alier, 2008) en torno a estas “nuevas categorías emergentes” de la teorización patrimonial (Hernández Osorio, 2015), tales como son los itinerarios culturales, una forma de patrimonialización de caminos y otras vías históricas de conexión. Estas se sumaron progresivamente a otras nuevas categorías tales como la de patrimonios industriales, científicos, etc., por medio de las cuales se ensalzan y celebran los procesos de violencia y despojo devastadores en la historia de nuestras comunidades y territorios.

Al acudir a esos conceptos ascéticos propios de la reconversión moderno patrimonial, se evita llevar al terreno patrimonial las discusiones ético políticas que desenmascaran la colonialidad del poder (Quijano, 2000) estructuradora de las relaciones sociales desiguales de violencia racializada y de explotación que constituyeron la historia de desposesión del continente (Galeano, 2004). A través de categorías de valoración moderno coloniales alineadas con las *epistemes* neoextractivistas contemporáneas patriarcales propias del lenguaje empresarial y multilateral fuertemente internacionalizado, Martorell Carreño (2010, 2012, 2017) propone homologar los conceptos teóricos del patrimonio, universalizando las categorías patrimoniales propuestas para la patrimonialización de caminos¹¹ y vías de conexión, su estudio y metodologías de gestión. Ofrece lo que denomina una perspectiva del “patrimonio de conectividad e interrelación”, promoviendo con esto la avanzada patrimonialista capitalista patriarcal sobre las vías de comunicación, clasificables físicamente como “vías de comunicación de carácter patrimonial” – trazados sobre el territorio, cursos de agua navegables y obras de ingeniería o arquitectura –, y de acuerdo a los usos del territorio vinculados al “movimiento de personas y bienes” – itinerarios culturales asociativos, itinerarios culturales y paisajes culturales – (Martorell Carreño, 2010).

11 La CAN representa la política de integración regional más antigua en la región, y el primer antecedente en el siglo pasado de modelos de pactos políticos intrarregionales para el desarrollo económico acomodado a los fines de los intereses de intervención internacional del país del norte.

En 2010, se avanzó en Europa con la institucionalización continental de los itinerarios culturales a través del “Acuerdo Parcial Ampliado sobre los Itinerarios Culturales del Consejo de Europa” (APA)¹². Este trabajo fuertemente estructurado por la política multilateralista europea es la que terminó de impulsar el *boom* mundial de los itinerarios culturales y las rutas patrimoniales, logrando expandir estos conceptos patrimoniales como modelos altamente estandarizados de la “nueva gestión patrimonial” hacia todos los rincones del planeta. De modo tal que la Unión Europea, a través de su Consejo de Europa, fue el primer agente exportador de estos productos patrimoniales paulatinamente migrados a las políticas de integración y políticas patrimoniales y turísticas en Sudamérica en el siglo XXI, y sobre este carril se fue construyendo el trabajo de los intelectuales orgánicos del ICOMOS-UNESCO. Plantearlos como trabajos independientes uno de otro sería, al menos, un análisis equivocado o, como me inclino a pensar, un esfuerzo más de la prensa desinformativa que intenta desvincular la gobernanza patrimonial de los intereses del capitalismo de rapiña (Harvey, 2003).

La reciente explosión de las rutas patrimoniales e itinerarios culturales en Asia, también generaron mega artefactos patrimoniales como la Ruta de la Seda, o la Ruta del Té y los Caballos (Shen & Beltrán, 2019). Otras rutas patrimoniales turísticas que también buscan su reconocimiento como itinerarios culturales fueron desarrolladas de forma explosiva en los últimos diez años. En Perú, sobre todo, hay varios trayectos conocidos y avanzados, tales como son la Ruta Montero-Ayabaca-Aypate; el Corredor Turístico Loja-Ayabaca; el Proyecto Binacional de Turismo Rural en el Tramo Norte del Camino Inca (Loja-Aypate); además del Programa Integral Qhapaq Ñan. Como ya mencioné, México es otro gran productor de rutas turísticas e itinerarios, promotor de programas propios que se exportan como marca nacional al mundo, tal es el caso del Programa Pueblos Mágicos y Pueblos con Encanto, recientemente exportado a varios países como Guatemala, Colombia y Argentina. En este último país, el Programa Pueblos con Encanto se ha vertebrado junto a los ejes de desarrollo planificados por las obras del IIRSA, con el objetivo de expandir las vías de interconexión que faciliten la ampliación de la frontera neoextractivista en provincias del Noroeste argentino (Pastrana *et al*, 2022).

¹² Este ha sido el nombre oficial de la iniciativa multinacional del Estado peruano propuesta, a través del Ministerio de Cultura, para la llevar a cabo la inscripción del Qhapaq Ñan – Sistema Vial Andino en la Lista de Patrimonio Mundial, nominación realizada en 2001. El proyecto multinacional se concertó en una reunión realizada en Montevideo (Martínez Cano, 2013).

5. Los modelos de integración regional en Abya Yala y el Qhapacñan

Desde la década de 1990, y a la sombra de las recetas del “Consenso de Washington”, los modelos de integración regional en Suramérica se inscribieron en lo que la CEPAL denominó: “Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe” (CEPAL, 1994), una teoría de integración que asumió “el denominado proceso de mundialización-globalización, aunque estableciendo ciertos mecanismos de protección regional para insertarse de forma más ventajosa en los ámbitos del comercio global” (Kan 2018, p.19). Las estrategias de desarrollo adoptadas estuvieron orientadas fuertemente hacia el exterior, e intentaban profundizar el entrelazamiento de la región con el mercado mundial. Literalmente la estrategia consistió en “buscar caminos para la salida a los comercios exteriores”, teniendo una consecuencia clave, ser funcional a la globalización de los mercados (Gudynas, 2005). La CEPAL advertía que ese regionalismo era distinto de la apertura simple del comercio, propio de los tratados de libre comercio con potencias mundiales. De esta forma la promoción no discriminada de las exportaciones adopta un “ingrediente preferencial reflejado en los acuerdos de integración y reforzado por la cercanía geográfica y la afinidad cultural de los países de la región” (Kan 2018, p. 20).

El modelo del regionalismo abierto se basó sobre todo en un reduccionismo economicista y básicamente comercial, dejando afuera propuestas de integración para las áreas sociales, políticas o ambientales, y tuvo un derrotero bastante ambiguo, puesto que se asoció a proyectos de integración tan dispares como TLCAN, la CAN, el MERCOSUR, llegando incluso a fundamentar posiciones unilaterales comerciales como las que ensayó hasta ahora Chile (Gudynas, 2005). Impulsado por la intelectualidad orgánica de la CEPAL, este modelo fue desmantelando definitivamente la estrategia de desarrollo hacia adentro basada en la sustitución de importaciones (Kan, 2018). Digamos que dos modelos neoliberales de integración funcionaron paralelamente, la otra variante, la del puro libre comercio desarrollada mediante los diferentes tipos de TLC, construyó vínculos de intercambios comerciales pero sin restricción de aranceles a los productos extra zona, y sin desarrollar algún tipo de institucionalidad y de coordinación política (ídem). Esto último caracterizaría a los países que buscan coordinar estrategias en bloque, tal como sucedió a inicios del siglo XXI con la Unión de Naciones Suramericanas conocida popularmente como UNASUR, formalizada en 2008 (Carvalho Neves, 2019), y organizada bajo los liderazgos de gobiernos progresistas de Hugo Chávez en

Venezuela, Néstor Kirchner en Argentina, Luiz Ignacio Lula da Silva en Brasil, Evo Morales en Bolivia y Rafael Correa en Ecuador.

El despegue de los nuevos extractivismos sudamericanos o neoextractivismos se liga directamente al proyecto de integración regional de UNASUR y se produjo entre 2000-2003 cuando las economías latinoamericanas fueron favorecidas por los altos precios internacionales de las *commodities*, hecho que se vio reflejado en las balanzas comerciales y el superávit fiscal (Svampa 2012, 2019). En esa coyuntura favorable hasta el 2013-2015, los gobiernos de la región organizados en bloque tendieron a subrayar las ventajas comparativas del auge exportador de naturaleza (Lander, 2018), negando o minimizando las nuevas desigualdades y asimetrías socioambientales que traía aparejada la consolidación de un modelo de desarrollo neoextractivista (Svampa, 2019).

Bajo el liderazgo de gobiernos de signo progresista, a comienzos del siglo XXI, la UNASUR se establecía como un polo importante de negociaciones políticas para los países integrantes de la CAN y del Mercado Común del Sur (MERCOSUR). La UNASUR fue una política de integración regional breve, pero sus efectos estructurales a favor del neoextractivismo fueron profundos. Esto se vio reflejado en el mayor proyecto de ordenamiento territorial creado para Sudamérica, la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sud Americana (IIRSA), la cual, a partir de 2011, fue incorporada dentro del Foro Técnico del nuevo órgano de la Unión de las Naciones Sur-americanas (UNASUR), el Consejo Suramericano de Infra-estructura y Planeamiento (COSIPLAN) (Carvalho Neves, 2019). La IIRSA-COSIPLAN es la planificación de un ordenamiento territorial megaescalar para toda Sudamérica y conecta un conjunto enorme de proyectos (más de 500) para la construcción de infraestructuras camineras, viales, aéreas, marítimas, energéticas y de telecomunicaciones “que tiene como objetivo facilitar la integración territorial encaminada a la exportación de recursos y orientada hacia las economías centrales, con una importancia creciente del área del Pacífico por la influencia China” (Escalante Moreno, 2018: 70).

La planificación de la IIRSA fue provista por el Fondo para el Medio Ambiente Mundial (por sus siglas en inglés, GEF), (GEF, 2011, citado en Seitz, 2013), organismo vinculado al Fondo Monetario Internacional (FMI), luego adaptado por el Banco de Desarrollo Interamericano (BID); su diseño integra perfectamente al Proyecto Qhapac Ñan dentro de los diez ejes de integración económica, en particular en el Eje Andino (Gómez, 2011; Díaz, 2017; Jofré, 2017a, 2017b, 2022a, 2022b). En el esquema de la IIRSA-COSIPLAN – Consejo

Suramericano de Infraestructura y Planeamiento –, los corredores bioceánicos son corredores de transporte y energía necesarios para el desarrollo de las actividades económicas extractivas exportadoras hacia los centros mundiales de consumo.

Aquella “política de interconexión de flujos de mercancías” – especialmente, *comodities* productos de la minería, cultivo de soja intensiva, cultivo de palma, ganadería intensiva, extracción de hidrocarburos, etc. – significa reprimarización de las economías nacionales y regionales – se exporta más de lo que importa y a un costo muy alto –, y por lo tanto genera más dependencia de los mercados financieros en Norteamérica, Asia y Europa. Estas políticas de integración regional ensayadas en Sudamérica, y que han incorporado a la IIRSA como política de planificación de infraestructura, profundizaron el extractivismo el extractivismo histórico en la región, el principal enemigo de la integración (Zibeche, 2015) y es esta la razón por la cual el trazado del Sistema Vial Andino Qhapac Ñan entroncó su estructura vial con la planificación dispuesta por el ordenamiento territorial desarrollista de la IIRSA-COSIPLAN, hecho sucedido entre 2003-2014, en pleno auge de la exportaciones dentro de las dinámicas integracionistas de la UNASUR.

De este modo, estos proyectos políticos de integración económica de la región andina en orden a la explotación y exportación de *comodities* y para la redistribución de la renta en los países garantes de estos acuerdos, fundamentan y explican el inusitado interés detrás del proyecto de patrimonialización de los caminos incaicos que formaron parte de la red vial del antiguo Tawantisuyu en seis países de la región sudamericana. El apoyo económico recibido por el Proyecto Qhapac Ñan del Banco del Desarrollo Interamericano (BID), enmarcado como un acuerdo de cooperación técnica, consideró al proyecto patrimonial del Qhapac Ñan como “eje de integración regional del mundo Andino” (BID, 2006). No es casual entonces que tanto el BID, como el Centro del Patrimonio Mundial, y los países del bloque UNASUR, sostuvieran acuerdos para promover el despliegue de los proyectos de la cartera de la IIRSA y buscaran vincular las dinámicas de patrimonialización que, como el Qhapac Ñan, permitían ensayar estrategias de ampliación de las fronteras de acumulación capitalista, tal y como se había venido haciendo en Europa con el Camino de Santiago en décadas previas.

El primer apoyo del Proyecto Qhapac Ñan provino de los presidentes integrantes de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y, luego, del impulso que le dieran los gobiernos progresistas reunidos en UNASUR.

Teniendo en cuenta la significación que tiene el Qhapaq Nan – Sistema Vial Andino, obra vial que abarca los caminos construidos por los pueblos pre incas que habitaban nuestros territorios, reutilizados y concluidos durante el periodo Inca, y que por su extensión, integridad y autenticidad constituye uno de los monumentos arqueológicos de mayor magnitud y significado en el mundo; Destacando el ejemplo de integración física, cultural, social y económica que hasta hoy representa el Qhapaq Ñan en el continente americano.¹³

Este trabajo conceptual de los itinerarios culturales re-territorializó en Abya Yala los lenguajes patrimoniales ensayados en Europa desde 1987 con el Camino de Santiago. Esto necesitó también de los conceptos previamente acuñados de la integración regional andina, algo que ya se venía realizando desde hacía tiempo atrás desde la arqueología y por intervención de la UNESCO y el BID (Jofré, 2022b), quienes encargaron a Luis Guillermo Lumbreras una primera definición del área andina que fue publicada primero con el título de *The Archaeology of Andean América*.

Entendemos como “área Andina” (o quizás “macro-área”) al territorio ocupado por los pueblos, cuya relación con el medio ambiente se resuelve a través de una constante mar cordillera bosque tropical, **que configure una racionalidad económica integracionista, de corte transversal al eje geográfico de la cordillera; en donde existen, a su vez, áreas menores de cohesión mayor** (Lumbreras 1981, p. 16-17, las negritas son de la autora).

Iniciado en 2001-2002, el “Proyecto Multinacional Qhapaq Ñan – Camino Principal Andino” fue directamente articulado entre Perú y el Centro del Patrimonio Mundial de UNESCO en París (Sanz, 2012; Rendón Ruedas, 2017), con la posterior participación de seis países (Argentina, Chile, Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia). Este mega-artefacto patrimonial que intenta unir 137 segmentos de camino, por un total de 616 km, y los 308 sitios arqueológicos asociados que integran el itinerario cultural transnacional (Ministerio de Cultura de la Nación, 2020) fue inscripto finalmente en 2014 como Patrimonio de la Humanidad, bajo la figura de *Itinerario Cultural Transnacional de tipo Seriado*. Seriado significa que puede seguir incorporando tramos de caminos a futuro en clara consonancia con las dinámicas expansivas del capitalismo contemporáneo. La particularidad de este proyecto patrimonial, que necesitó

13 Fragmento de la Declaración de los Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR, promulgada en el año 2012.

más de una década para su construcción, fue la mega estructura política institucional e hiperjerarquizada que le dio forma:

Desde hace ya siete años, el Centro de Patrimonio Mundial de la UNESCO acompaña a sus países en un proyecto pionero: la preparación de una candidatura conjunta con vistas a la inscripción del Qhapaq Ñan en la Lista del Patrimonio Mundial, a través de un **proceso de cooperación regional original e innovador**. (...) El 4 de diciembre de 2010, los Presidentes de los seis países firmaron en Mar del Plata (Argentina) una declaración conjunta que ratificaba el compromiso de preservar de forma colectiva ese patrimonio común, y presentar una candidatura única de inscripción en la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO. La comunidad internacional ha encontrado en esa declaración **un referente al más alto nivel político, institucional y científico**, que asegura un compromiso colectivo: la finalización del proceso de nominación y la responsabilidad de preservar para las generaciones futuras **un fenómeno cultural continental a través del diálogo, de la conectividad y del entendimiento entre pueblos y culturas**. La firma de dicho acuerdo al más alto nivel fue un acto político de gran trascendencia, a la altura de la inmensidad y el valor universal excepcional del Qhapaq Ñan. (...) El Qhapaq Ñan es un **fenómeno cultural vivo** en Andino-América y funciona como **una arquitectura institucional al servicio del entendimiento mutuo regional** (Sanz 2012, p. 43-45, las negritas son de la autora).

Por su parte, en Argentina, a partir de 2003, el proyecto avanzó sobre siete provincias (Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, La Rioja, San Juan y Mendoza) en las cuales existen aún restos materiales y memorias asociados a los caminos utilizados durante el siglo XV durante la expansión incaica a estos territorios (Ministerio de Cultura de la Nación, 2020). Como ya lo he planteado en otros trabajos, un denominador común de estos Estados federales es que están ligados a los regímenes de gobierno neoextractivistas, con fuertes expectativas puestas en la explotación mega-minera (Jofré, 2022a, 2022b), a través de la instalación corporativa de grandes obras de construcción de infraestructura para el desarrollo de explotaciones mineras a gran escala, a cielo abierto y con uso de sustancias tóxicas. Salvo las provincias de Mendoza y La Rioja, donde el modelo neoextractivista encuentra una fuerte resistencia social frente a la megaminería, en las demás provincias el modelo desarrollista exportador está consumado, lo que se traduce en enormes pedimentos mineros y la apertura de minas a cielo abierto con uso de sustancias tóxicas para la vida.

Citando al geógrafo brasileiro Albuquerque Junior, el “discurso regionalista” “no oculta la verdad de la región, la instituye” (Albuquerque Junior 1999,

p. 49, citado en Haesbaert, 2019). En este caso, la política internacional integracionista en los denominados “países andinos” reorganizado en la política de la UNASUR instituyó las bases para la reificación de la “región andina”, trabajo emprendido desde los años sesenta por la CAN y con ayuda de la arqueología y la etnohistoria. Como bien lo señala Alejandra Ramos, la producción de lo andino como concepto originado en el siglo XX por la etnohistoria y la arqueología, se ligan a un florecimiento de los estudios de áreas en un renovado interés norteamericano por conocer los territorios en disputa y de las sociedades que los habitaban (Ramos, 2018). La promesa de una integración cultural de los países a lo largo de la cordillera andina fue, sin embargo, reemplazada por los nuevos proyectos de interconexión. De este modo la interconexión sin integración es una de las características de estos proyectos de integración regional extractivistas de la región sudamericana (Zibechi, 2015).

Desde el 2015 en adelante, un año después del ingreso del Sistema Vial Andino Qhapac Ñan en la lista del patrimonio mundial, la UNASUR eclosionó por la llegada al poder de los gobiernos de signo de derecha en países como Argentina y Brasil, los cuales habían sido hasta ese momento los principales gestores de la política de integración regional progresista. Desde entonces se intentaron reactivar los esquemas de integración subregional, tales como “el *Mercado Común del Sur* (MERCOSUR) promoviendo su reorientación hacia la *Unión Europea* y la *Asociación Europea de Libre Comercio* (EFTA, por sus siglas en inglés), Canadá, Corea del Sur o la *Asociación de Naciones del Sudeste Asiático* (ASEAN, por sus siglas en inglés)” (Silva Flores, Noyola Rodríguez & Kan, 2018, p. 8). Esto sin dudas movió el amperímetro a favor de las integraciones económicas de cooperación que la Unión Europea había intentado concretar – sin mucho éxito – con los bloques regionales de los países sudamericanos; sin embargo, estas negociaciones se han dado individualmente con cada país (Marchini, 2018).

Por su parte, en los últimos años, los países de la CAN, Comunidad Andina, en particular Perú, Ecuador y Bolivia, buscaron estrategias de financiación para sus proyectos nacionales de patrimonialización turística de los tramos de caminos del Sistema Vial Andino Qhapac Ñan y reactivaron negociaciones con Estados Unidos. Fue así que entre 2019-2021, estos países de la integración regional andina recibieron apoyos económicos y políticos procedentes del Fondo del Embajador¹⁴ de Estados Unidos para la Preservación Cultural.

14 Para listas de proyectos financiados por el Fondo del Embajador en Sudamérica ver <https://share.america.gov/es/ee-uu-y-paises-de-america-latina-protecten-el-patrimonio-inca/> (Sitio consultado por última vez el 1 de junio 2021).

Una característica de este “Fondo del Embajador” – que además viene financiando la política patrimonial en Sudamérica desde los últimos veinte años – es que estipula cláusulas muy específicas donde se exige a los gobiernos e instituciones financiadas “apoyar directamente las obligaciones de los tratados o acuerdos bilaterales de EE. UU” y “apoyar directamente las políticas, estrategias y objetivos de los Estados Unidos” en estos países¹⁵.

La lectura de estos últimos acontecimientos, sus implicancias para la estabilidad política, social, económica y sanitaria de los países sudamericanos en un contexto de explosión social generalizada, y en plena época de crisis planetaria por la propagación pandémica de múltiples cepas del virus COVID-19 aún es un trabajo de reflexión abierto. ¿Cómo se seguirá re-escribiendo el orden neoextractivista en las agendas patrimoniales globales? ¿De qué manera estas últimas contribuyeron, y lo siguen haciendo, con la inestabilidad política del continente y la crisis social y sanitaria que se vivió/e? Y me pregunto ¿Qué nuevos caminos conectarán el ejercicio de poder patrimonial con los caminos del despojo en Abya Yala?

6. Un cierre provisorio

Inicié este texto trayendo a colación una nota periodística referida a un operativo inédito por el cual se ponían en evidencia las rutas ocultas del saqueo y la contaminación. Hoy en día, en nuestros caminos terrestres y marítimos se transportan toneladas de desechos tóxicos en camiones, vagones y *containers* que salen por los puertos para llegar a destinos muy lejanos en otro continente. En dicho escenario neoextractivista, tristemente asumido como un hecho cotidiano y sin importancia, es donde me interesa buscar conexiones para explicar aquí porque digo que la patrimonialización de rutas y caminos no es ingenua y está, además, vinculada a los proyectos de despojo en Abya Yala. El titular del diario, me impactó por la espectacularidad del operativo y la normalización del lenguaje extractivista en la prensa nacional, así decidí vincular mi ponencia de estos caminos patrimonializados con las rutas del despojo, tal y como lo vivo en mi territorio.

Por su parte, no es posible cerrar este artículo sin referirme a la pandemia mundial por el COVID 19. Las políticas patrimonialistas enfocadas en el turismo nacional e internacional se vieron detenidas y los proyectos de

15 Fondo del Embajador para la Preservación del Patrimonio Cultural del Perú – Embajada de Estados Unidos en Perú (usembassy.gov).

patrimonialización mundial como el Qhapac Ñan, quedaron frizados en las agendas estatales, mientras en cada uno de los países de la región se debatía cuantas personas salvar y cuantas debían dejarse morir en nuestros precarios sistemas de salud. Recientemente la apertura internacional de los vuelos y destinos turísticos dinamiza nuevamente el trabajo patrimonialista de los Estados y sus agentes. Vuelven a convocarse, ahora con eufórico entusiasmo, las reuniones para poner en marcha apuestas turísticas que intenten generar remesas para compensar casi dos años de paralización económica. En el medio, en la intersección de estos dos escenarios, antes y después de la pandemia mundial, acontece una amnesia paralizante. La crítica a los modos de reproducción ampliada del capitalismo en los ámbitos de la vida cotidiana son menos bienvenidos frente a la crisis económica que dejó la pandemia, y prosperan escenas de concertación dialoguista con comunidades rurales y sujetos indígenas que intentan capturar la representación de un sector olvidado en estos proyectos de patrimonialización desarrollista. Vale recordar, más que nunca, la importancia de la crítica encarnada y situada en nuestras experiencias en la frontera (Anzaldúa, 2016), donde también trabajan los proyectos de despojo y contaminación, por eso este trabajo se concentra en develar los “caminos del neoextractivismo en Abya Yala”.

Con el fin de mostrar que el neoextractivismo es un modelo de desarrollo socioterritorial también impulsado por las inestables políticas de integración regional y por los proyectos de construcción de infraestructura en el siglo XXI, en este artículo sostengo que la patrimonializaciones de caminos en Abya Yala son construcciones políticas neoextractivistas que conectan viejos y nuevos modelos políticos y expectativas de desarrollo y comercialización regional. Se trata de un trabajo patriarcal neoextractivista que funciona a niveles ontológicos, epistémicos y políticos, y su origen europeo data de la década de 1990 con la creación de la Unión Europea. El trabajo apunta a mostrar las conexiones moderno-capitalistas relacionadas en estos diseños patrimoniales producidos como artefactos culturales alineados con procesos de regionalización de los mercados en el marco de políticas de integración y multilateralismo. De este modo, los caminos patrimonializados en el Camino de Santiago, como el Sistema Vial Andino Qhapac Ñan, tienen estrechas relaciones y son vectores importantes para el estudio de los procesos patrimoniales neoextractivistas contemporáneos, aunque no lo únicos.

Agradecimientos: quiero agradecer especialmente a la organización del *Congreso Internacional Comunidades Locais e Caminho de Santiago. Alianças e Ameaças* por su invitación a compartir allí mi trabajo en el marco de las conferencias plenarias del evento.

Referencias

- ACOSTA, A. (2012). Extractivismo y Neextractivismo: dos caras de una misma moneda. En *Más allá del desarrollo*, (1ª Ed.) (Coordinado por Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo), 83-118. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, Abya Yala.
- ANTONELLI, M. (2014). Megaminería transnacional e invención del mundo cantera. *Revista Nueva Sociedad*, 252, julio-agosto. Recuperado de www.nuso.org
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. (2011). *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora.
- ANZALDÚA, G. (2016 [1986]). *Borderlands / La Frontera. La nueva mestiza*, traducido por Carmen Valle. Madrid: Capitan Swing Libros.
- BID. (2006). El Qhapac Ñan. Camino principal andino. Plan de Acción Regional para un proceso de integración y cooperación (Preparada por la Representación de UNESCO en Perú). Disponible en: <http://www.oei.org.ar/noticias/CaminoPrincipalAndino.pdf>
- CARVALHO NEVES, B. (2019). La integración de la infraestructura regional. La profundización de la integración sudamericana a través del COSIPLAN-UNASUR. In José Briceño Ruiz (coord.), *La integración latinoamericana en debate: incertidumbre, formatos institucionales fragmentados y caminos alternativos latentes*, 141-165. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo.
- CEPAL (1994). *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL.
- DÍAZ, M. (2017). *Implicaciones patrimoniales: la declaratoria del Qhapac Ñan como patrimonio mundial*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- ESCALANTE MORENO, H. (2018). Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN): neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 9 (1): 77-113. Recuperado de: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2019v9i1>
- ESPINOSA, Y. (2016). De por qué es necesario un feminismo descolonial: Diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar* Vol. 12 (1): 141-171.
- FEDERICI, S. (2004). *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. Brooklyn, New York: Autonomedia.
- FOUCAULT, M. (2006). *Seguridad, territorio y población. Curso en el college de France 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

- GALEANDO, E. [1971] (2004). *Las venas abiertas de América Latina*. Buenos Aires/ México: Siglo XXI.
- GALINDO, M. (2020). Cap. 4 ¿Qué es la despatriarcalización? In *Feminismo urgente. ¡A despatriarcar!* (pp. 133-179). Buenos Aires: La vaca Editora.
- GNECCO, C. (2020). El señuelo patrimonial. Pensamientos post-arqueológicos en el camino de los incas. *Diálogos en Patrimonio Cultural* 2: 13-48
- GÓMEZ D. (2011). IIRSA, el eje multimodal Manta-Manaos y el Qhapaq Ñan. In Krainier A. & M. F. Mora (comps.), *Retos y amenazas en Yasuní* (pp. 155-182). Ecuador: FLACSO.
- GUDYNAS, E. (2011). El nuevo extractivismo progresista en América del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In VVAA., *Colonialismos del siglo XXI. Negocios, extractivismos y defensa del territorio en América Latina* (pp. 75-92). Barcelona: Icaria Editora.
- GUDYNAS, E. (2005). El 'regionalismo abierto' de la CEPAL: insuficiente y confuso, *Observatorio Hemisférico [en línea]*. International Relations Center. Consultado el 1 de junio 2021. Disponible en <http://www.cipamericas.org/es/archives/1324>
- HAESBAERT, R. (2019). *Regional-global: dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Bogotá, Universidad Pedagógica Nacional.
- HARAWAY, D. (2021). Conocimientos situados: La cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial (1988). In D. Valdés Vargas, P. Cometa Stange, L. Cáceres Diaz, & S. Sotomayor Van Rysseghem (Eds.), *Lastesis. Antología Feminista* (pp. 27-63). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Debate.
- HARVEY, D. (2003). *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal.
- HARVEY, D. (2004). *El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión*. In Leo Pantich y Colin Leys (Eds.), *El Nuevo desafío Imperial* (pp. 99-129). Buenos Aires: Merlin Press – CLACSO. Recuperado de <https://socialistregister.com>
- HARVEY, D. (2014). *Diecisiete contradicciones del capital y el fin del neoliberalismo*; Madrid: Traficantes de Sueños / Quito: IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador.
- HERNÁNDEZ OSORIO (2015). Itinerario cultural: categoría emergente del patrimonio. *REV. GEO. SUR* 4(5): 29-46
- HERNÁNDEZ RAMÍREZ, J. (2011). Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. *Revista PASOS* Vol. 9 (2): 225-236. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2011.09.021>
- HOOKS, b. (2020). *Teoría feminista de los márgenes al centro*. Madrid: Traficantes de sueños.
- JOFRÉ, I. C. (2015). Mega-mining, Contract Archaeology, and Local Responses to The Global Order in Argentina. *International Journal of Historical Archaeology*, Special Issue on Contract Archaeology, 19, (4): 764-774.
- JOFRÉ, I. C. (2017a). Procesos de patrimonialización como formas imperceptibles del despojo en Argentina. Ponencia presentada en el Simposio Internacional de Políticas Patrimoniales en el Contexto Actual Latinoamericano. Centro Cultural Paco Urondo, Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

- JOFRÉ, I. C. (2017b). Una mirada crítica de los procesos de patrimonialización en el contexto mega-minero. Tres casos emblemáticos en la provincia de Provincia de San Juan, Rep. Argentina. In Roberto Pellini (Dir.), *Arqueología Comercial en América del Sur* (pp. 143-175). Madrid, JAS Arqueología.
- JOFRÉ, I. C. (2019). Patrimonialización neoextractivista. Una nueva forma de reproducción de la violencia para la desposesión de los cuerpos y territorios. In *Libro de Resúmenes del XX Congreso Nacional de Arqueología Argentina* (pp. 829-832). Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
- JOFRÉ, I.C. (2020a). Conversaciones con Cristóbal Gnecco... De cuando “el camino se corrió de lugar”. *Diálogos en Patrimonio Cultural* 2: 69-76.
- JOFRÉ, I. C. (2020b). Cuerpos/as que duelen. Cosmopolítica y violencia sobre cuerpos/as indígenas reclamados como ancestros/as warpes. *Intersticios De La política Y La Cultura. Intervenciones Latinoamericanas*, 9(17). Recuperado de <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/28908>
- JOFRÉ, I. C. (2022a). Los caminos de servidumbre megaminera y narrativas del despojo en los procesos de patrimonialización neoextractivistas del Qhapac Ñan. In Carina Jofré & Cristóbal Gnecco (Eds.), *Políticas patrimoniales, y procesos de violencia y despojo en Latinoamérica* (pp. 193-294). Tandil: Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN).
- JOFRÉ, I.C. (2022b). El “retorno de lo andino” en las políticas de integración regional sudamericanas y su relación con el proyecto de patrimonialización del Qhapac Ñan. In Carina Jofré (Ed.), *Cartografías de los conflictos en territorios indígenas del Kuyum (Región Cuyo, Argentina)* (pp. 539-595). San Juan: Fondo Editorial de la Universidad Nacional de San Juan.
- JOFRÉ, I. C. (2022c). Interrumpiendo el discurso patrimonial: crítica y resistencia al neoextractivismo minero en Argentina. *Revista Heterotopías*, 5(9), 1-26. Recuperado a partir de <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/heterotopias/article/view/38162>
- JOFRÉ, I. C. & Gnecco, C (Eds.) (2022). Introducción: Sobre patrimonio, despojo y violencia. In Carina Jofré & Cristóbal Gnecco (Eds.), *Políticas patrimoniales, y procesos de violencia y despojo en Latinoamérica*, (pp. 9-19). Tandil: Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN).
- JOFRÉ, I. C., & Gómez, N. C. (2022). El regreso de nuestros ancestros a su morada: reflexiones sobre los archivos de la demanda warpe desde la mirada de sus protagonistas. In Carina Jofré (Ed.), *Cartografía de conflictos en territorios indígenas del Cuyum (Región Cuyo, Argentina)* (pp. 451- 506). San Juan: Editorial de la Universidad Nacional de San Juan.
- KAN, J. (2018). El modelo de integración regional asociado a las reformas neoliberales. Un análisis de las iniciativas regionales de los años noventa y de la coyuntura actual. In C. Silva Flores, A. Noyola Rodríguez, & J. Kan, (Coords.), *América Latina. Una integración regional fragmentada y sin rumbo* (pp. 14-42). Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo. CLACSO. MEGA 2. IADE. Disponible sólo en

- versión digital: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1507&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1409
- LANDER, E. (2018). Neoextractivismo. Debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en Suramérica. In Héctor Alimonda, Catalina Toro Pérez, & Facundo Martin (Coords.), *Ecología Política Latinoamericana. Pensamiento crítico y horizontes emancipatorios en clave sur* (Vol.2, pp. 79-92). Buenos Aires: Ediciones CICCUS. CLACSO.
- LUGONES, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.340>
- LUGONES, M. (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 2, (6):105-119.
- LUMBRERAS, G. (1981). *Arqueología de la América Andina*. Lima: Milla Batres.
- MARCUS, G. (2018). Etnografías multisituadas. Reacciones y potencialidades de un *Ethos* del método antropológico durante las primeras décadas del 2000. *Etnografías Contemporáneas* 4 (7): 177-195.
- MARCHINI, J. (2018). Acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y la Unión Europea: Una negociación apurada que ahonda asimetrías. In C. Silva Flores, A. Noyola Rodríguez, & J. Kan, (Coords.), *América Latina. Una integración regional fragmentada y sin rumbo* (pp. 72-92). Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo. CLACSO. MEGA 2. IADE. Disponible sólo en versión digital: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1507&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1409
- MARTÍNEZ ALIER, J. (2008). Conflictos ecológicos y lenguajes de valoración. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, vol. 26: 24-34.
- MARTÍNEZ CANO, M. (2013). Qhapac Ñan. Rumbo a la nominación. Proyecto Qhapac Ñan – Sede Nacional Ministerio de Cultura. Recuperado de <https://qhapaqnan.cultura.pe/sites/default/files/articulos/QHAPAC-ÑAN-RUMBO-A-LA-NOMINACION.pdf>
- MARTELL CARREÑO, A. (2010). *Itinerarios Culturales y Patrimonio Mundial*. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de San Martín de Porres.
- MARTELL CARREÑO, A. (2012). Itinerarios culturales: una herramienta para el desarrollo turístico sostenible. *Turismo y Patrimonio*, 7: 55-66.
- MARTELL CARREÑO, A. (2017). Criterios de comparación entre itinerarios culturales (patrimoniales) y rutas diseñadas. *Turismo y Patrimonio*, (8): 103-114. <https://doi.org/10.24265/turpatrim.2014.n8.08>
- MESKELL, L. (2018). *A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage and the Dream of Peace*. New York: Oxford University Press.
- MINISTERIO DE CULTURA DE LA NACIÓN (2020). *Camino ancestral Qhapac Ñan. Una vía de integración de los Andes en Argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Cultura de la Nación, Secretaría de Patrimonio Cultural.
- OCAMPO, J. A. (2012). *La historia y los retos del desarrollo latinoamericano*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- OYĒWŪMÍ, O. (2017 [1997]). *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Editorial en la Frontera.

- QUIJANO, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In Edgardo Lander (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- PASTRANA, J.; Jofré, I.C., Díaz, M. & Ortiz, M. (2022). Una crítica desencantada de los procesos de turistificación y extractivismo en Argentina: El caso de los Pueblos con Encanto. In Carina Jofré & Cristóbal Gnecco (Eds.), *Políticas patrimoniales, y procesos de violencia y despojo en Latinoamérica* (pp. 146-169). Tandil: Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN).
- RAMOS, A. (2008). El desarrollo de la etnohistoria andina a través de la (re)definición de lo andino (1970-2005). *Fronteras De La Historia*, 23(2): 8-43. <https://doi.org/10.22380/20274688.446>
- RENDÓN PUERTAS, M. L. (2017). *Reconstruyendo el Qhapaq Ñan en Ecuador y Perú. Tesis para obtener el título de doctorado en Ciencias Sociales con Especialización en Estudios Andinos*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología y Estudios de Género. Ecuador: FLACSO. Recuperado de <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/11883>
- SANZ, N. (2012). El Qhapac Ñan: camino del desarrollo andino. *Cultura y desarrollo* 7: 43-45.
- SEGATO, R. L. (2013). El sexo y la norma: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. *Revista Estudios Feministas*, 22, (2): 593-616.
- SEGATO, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños.
- SEITZ, A. M. (2013). Cambios globales e institucionales en política exterior: el caso del IIRSA, UNASUR y la Patagonia Argentina. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, Año XIX, N° 29/Diciembre: 94-108.
- SHEN, J. & Beltrán, J. (2019). Turismo chino en itinerarios culturales: El Camino de Santiago y la Ruta Antigua de Té y Caballos. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol.17, (4): 811-826. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.056>
- SILVA FLORES, C., Noyola Rodríguez, A., & Kan, J. (Coords.) (2018). *América Latina. Una integración regional fragmentada y sin rumbo*. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo. CLACSO. MEGA 2. IADE. Disponible sólo en versión digital: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1507&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1409
- SMITH, L. T. (2016). Escoger los márgenes. El rol de la investigación en la lucha indígena por la justicia social. In *A descolonizar las metodologías. Investigación y pueblos indígenas* (pp. 259-304). Santiago: LOM.
- SVAMPA, M. (2012). Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *OSAL Observatorio Social de América Latina Año XIII*, 32:15-38.
- SVAMPA, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial, y nuevas dependencias*. Bielefeld: University Press.
- SVAMPA, M. & Viale, E. (2014). *Maldesarrollo. La Argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz editores.

- UNASUR (2012). Declaración de los Jefes y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas -, promulgada en el año 2012. Repositorio IIRSA-COSIPLAN. <http://www.iirsa.org/>
- WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF) (2015). *A global assessment of extractive activity within natural World Heritage sites*. UK.
- ZIBECHI, R. (2015). Interconexión sin integración: 15 años de IIRSA. *Revista Rebelión*. Recuperado de <https://rebellion.org/interconexion-sin-integracion-15-anos-de-iirsa/>